



O Prefeito Municipal de Irati, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal, em especial pelo seu art. 68, I, dentre outros dispositivos legais aplicáveis à espécie, apresenta a consideração de Vossa Excelência e demais pares que compõe esta Casa de Leis, o seguinte:

PROJETO DE LEI Nº 088/2018

Súmula: Revogar os incisos II, III e V do art. 97 e alterar o § 2º do art. 105, ambos da Lei Municipal nº 4.513/2018 que *dispõe sobre a Política Municipal de Atendimento à Criança e ao Adolescente do Município de Irati, Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), Colegiado de Adolescentes Observadores (CAO), Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA) e Conselho Tutelar.*

Art. 1º- Revogar os incisos II, III e V do art. 97, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 97- Compete ao CMDCA:

I – Fiscalizar o exercício das funções dos Conselheiros Tutelares de modo que compatibilize o atendimento à população 24 horas por dia.

II – Revogado;

III – Revogado;

IV – Aprovar o Regimento Interno do Conselho Tutelar;

V – Revogado.”

Art. 2º - Altera a redação do § 2º do art. 105, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 105 – (.....)

§ 1º - (.....)



§ 2º - *O Conselheiro Tutelar será submetido a Processo Administrativo e poderá ficar afastado das suas funções quando se verificar que este influenciará na apuração das irregularidades. Caso haja o afastamento do servidor, esta será com remuneração e se dará até o término do Processo Administrativo, sendo chamado o suplente para substituí-lo neste período”.*

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, em 10 de agosto de 2018.

Jorge David Derbli Pinto
Prefeito Municipal

PROJETO DE LEI Nº 088/2018

Súmula: Revogar os incisos II, III e V do art. 97 e alterar o § 2º do art. 105, ambos da Lei Municipal nº 4.513/2018 que *dispõe sobre a Política Municipal de Atendimento à Criança e ao Adolescente do Município de Irati, Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), Colegiado de Adolescentes Observadores (CAO), Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA) e Conselho Tutelar.*

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente.

Nobres Vereadores

O presente projeto de lei tem como objetivo revogar incisos do artigo 97 e alterar o § 2º do art. 105, ambos da Lei 4.513/2018, uma vez que foi conferido responsabilidades ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) que não lhe compete e houve abuso na redação do § 2º do art. 105.

De forma errônea e repetitiva, a Lei Municipal 4.513/2018 atribuiu a responsabilidade de abertura de processo de sindicância para dois entes, CMDCA e Secretaria Municipal de Administração, quando somente a este último ente lhe compete tal atribuição, conforme pode se verificar a repetição no artigo 97, inciso II e artigo 99, respectivamente.

A revogação dos demais incisos, III e V do art. 97, são em decorrência da revogação do inciso II, tendo em vista que um complementa o outro.

Quanto a alteração do § 2º do art. 105, faz-se necessário alterá-lo devido estar de forma abusiva na lei 4.513/2018 no que diz respeito em afastar o servidor sem antes verificar a necessidade de tal afastamento, sendo este devido somente quando se verificar que o servidor influenciará na tramitação do processo administrativo.



Considerando as irregularidades apontadas acima, o tema foi discutido e deliberado para adequação por parte desta municipalidade, razão pela qual, submetemos o projeto de lei para apreciação desta renomada Casa de Leis.

Atenciosamente

Jorge David Derbli Pinto
Prefeito Municipal